

Diretrizes para Políticas Públicas e Práticas Empresariais na Instalação e Operação de Grandes Empreendimentos em Territórios na Amazônia

São Paulo, 09 de maio de 2016



Agenda do dia

10h00 Contextualização e retomada da reunião anterior - GVces

10h30 Fundos antecipatórios - IFC

11h30 Constituição de Fundos - FUNBIO

12h30 Almoço

13h30 Recomendações no contexto de grandes obras - GVces

14h30 Encaminhamentos e encerramento

Objetivo

FORMULAÇÃO DE DIRETRIZES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS EMPRESARIAIS EM TERRITÓRIOS NO CONTEXTO DA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS E/OU CADEIAS DE VALOR DE EMPRESAS NA AMAZÔNIA

Trajetória – Estratégia 2016



Recomendações por Tema



GT1: Agendas de Desenvolvimento, monitoramento do desenvolvimento e governança territorial



GT2: Instrumentos de Financiamento para o desenvolvimento local



GT3: Capacidades Institucionais e Articulação das Políticas Públicas



GT4a: Grupos Vulnerabilizados e Direitos Humanos: Crianças, Adolescentes e Mulheres

GT4b: Grupos Vulnerabilizados e Direitos Humanos: Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas



GT5: Ordenamento Territorial e Biodiversidade + Supressão Vegetal

Articulação Institucional



Disseminação

6 documentos referência

5 boletins informativos

60 instituições engajadas no *mailing*

Site do projeto

FGV EAESP
CENTRO DE ESTUDOS
EM SUSTENTABILIDADE

IFC
International
Finance Corporation
WORLD BANK GROUP

DIRETRIZES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS EMPRESARIAIS PARA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS NA AMAZÔNIA

Documento Referencial (Background Paper)
TEMAS 1 e 2 - AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO
(Versão Não Pública)
Instituições Pontos Focais: Ovídio e IFC
Livia Pagotto, Marcos Del Fabbro e Laura Olari

1. INTRODUÇÃO

Este background paper, composto por dois temas centrais, (i) visa auxiliar o debate sobre a constituição de Agendas de Desenvolvimento Territorial (ADT) no contexto de grandes empreendimentos na Amazônia brasileira, (ii) introduzir a temática dos instrumentos de financiamento de ADTs e de fundos anticíclicos no contexto de grandes empreendimentos, (iii) discutir os atuais problemas e desafios em relação a essas temáticas, (iv) apresentar uma revisão preliminar de instrumentos e experiências já existentes, e (v) delinear um conjunto de recomendações e propostas iniciais, incluindo ações para a continuidade da iniciativa em 2018.

2. DIAGNÓSTICO ATUAL

A instalação de grandes empreendimentos em territórios da Amazônia tem despertado debates muito rigorosos sobre a capacidade de suporte dessas empresas, em primeiro lugar a ambiental e, em seguida, transferindo iniciativas de investimentos em oportunidades, com desenvolvimento econômico, inclusão social e bem-estar das populações locais.

Grandes Obras na Amazônia

Grandes Obras na Amazônia - aprendizados e diretrizes

A partir do amplo diálogo e iniciativas abertas, construímos diretrizes para aprimorar as políticas públicas e as práticas empresariais em territórios que recebem grandes empreendimentos na Amazônia.

Notícias na mídia

21 de Março/2016
Protesto contra hidrelétricas no Tapajós marca o ...

Com apoio do Greenpeace, lideranças do povo indígena Mundurukú vão a local sagrado para protestar contra a construção de usinas no rio Tapajós.

17 de Março/2016
Hidrelétricas causarão extinções, diz estudo

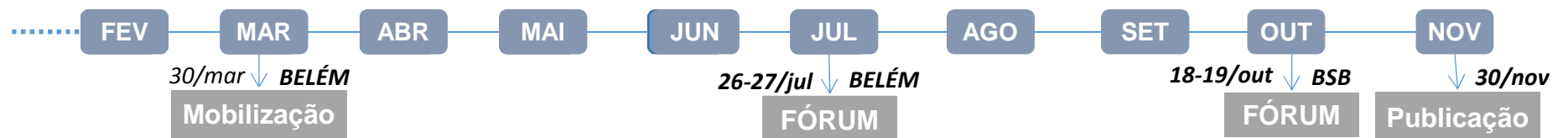
Surto de construção de usinas planejadas na Amazônia vai eliminar habitats de espécies que não existem em nenhum outro lugar do planeta, alertam pesquisadores de EUA, Brasil e Reino Unido.

Grandes Obras na Amazônia: Aprendizados e Diretrizes

Boletim Informativo | Outubro 2015

IFC
International
Finance Corporation
WORLD BANK GROUP

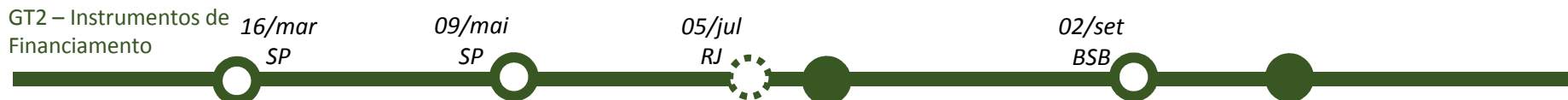
FGV EAESP
CENTRO DE ESTUDOS
EM SUSTENTABILIDADE



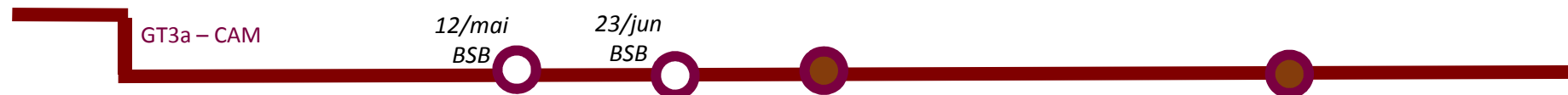
GT1 – Agenda de Desenvolvimento Territorial



GT2 – Instrumentos de Financiamento



GT3 – Grupos Vulneráveis



GT3b – Povos



GT4 – Capacidades Institucionais



GT5a – Ordenamento Territorial e Biodiversidade



GT5b – Supressão Vegetal

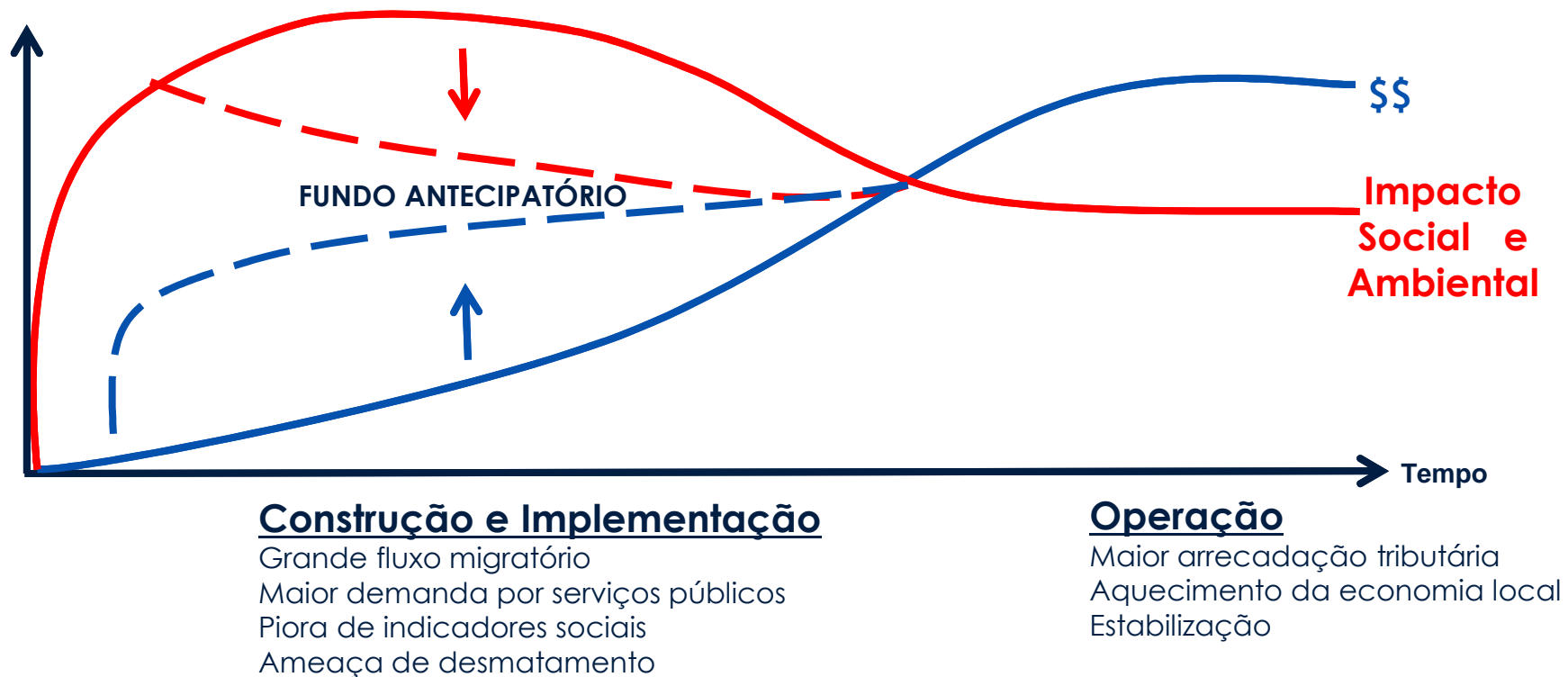




Fundos antecipatórios

IFC

Por que um fundo antecipatório no contexto de grandes obras?



A instituição de um fundo antecipatório pode minimizar impacto, viabilizar um projeto de desenvolvimento de longo prazo e preparar o território para a chegada dos investimentos

O que um fundo antecipatório pode fazer?

- Financiar e/ou estruturar financiamento para:

INFRAESTRUTURA URBANA Saneamento, asfaltamento, distribuição de energia, conectividade, transporte público, etc	SERVIÇOS Saúde e Educação (infra e melhor qualidade do serviço)
FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO Capacitação, desenvolvimento, formação e criação de espaços de governança (para ADT)	FOMENTO ATV. PRODUTIVA Microcrédito, crédito rural, crédito para empresas locais

- Produtos Potenciais:

- Empréstimos
- Garantias
- Participações Acionárias
- Microcrédito
- Fundos não reembolsáveis
- Tesouraria

ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS	➤ Identificar e mobilizar recursos para projetos; estruturar financiamento e firmar parcerias (usar próprio balanço para tornar os projetos mais atrativos a co-investidores)
AVALIAR ADERÊNCIA À AGENDA E DISPONIBILIZAR RECURSOS	➤ Definir termos para fornecer empréstimos, garantias, participações minoritárias e recursos não reembolsáveis, a partir de agenda de desenvolvimento territorial ("ADT")
	➤ Explorar e viabilizar produtos inovadores para viabilizar a ADT (ex. Remuneração por performance, títulos de impacto social, etc).
GESTÃO DOS FUNDOS	➤ Aplicar os recursos do fundo enquanto não alocados, garantindo a sustentabilidade do fundo
LINHAS ESPECIAIS PARA FOMENTO	➤ Conceder microcrédito, crédito produtivo, etc (Parceria com produtos já existentes - Pronaf, etc – e desenvolver agentes locais)
CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADE	➤ Investir recursos não reembolsáveis para fortalecimento do capital social e construção de capacidades locais; desenvolvimento e formação

Quais os benefícios de um fundo antecipatório?

- ANTECIPAÇÃO: Melhorar o timing dos investimentos sociais, estimular e fortalecer a **maximização de oportunidades** e atuar na prevenção para mitigação de riscos.
- PLANEJAMENTO E MAIOR QUALIDADE DOS PROJETOS: Promover abordagem por território e não por projeto; gerar **sinergias, coordenação e planejamento** em uma visão de longo prazo. Viabilizar a criação e implementação de uma agenda de desenvolvimento local.
- ALINHAMENTO E TRANSPARÊNCIA: Estabelecer regras claras e engajamento multistakeholder para definição da agenda;
 - Recomendação: Estruturar fundo com **governança sofisticada** e blindado da decisão finalística, incapaz de determinar a agenda, de forma a **evitar conflitos de interesse**.
- INSTITUCIONALIZAÇÃO: **Despersonalizar**, bem como evitar “balcão de negócios”, pressões e negociações unilaterais. Possibilidade de ganhar **escala**; articular diversas fontes, **atrair/canalizar recursos** e viabilizar acesso a recursos já existentes.

Quem pode viabilizar um fundo antecipatório?

- SETOR PRIVADO: Para mitigar riscos (ambientais, sociais e operacionais) de região sensível na qual planeja investir
- INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: Para mitigar riscos de regiões sensíveis nas quais tem interesse em financiar projetos
- FILANTROPIA E INVESTIDORES DE IMPACTO: Convencidos da importância e potencial da antecipação, investidores de impacto e filântropos podem desempenhar papel relevante para atração de investimentos e viabilização de projetos
- GOVERNO: Federal, estadual ou municipal para fomentar desenvolvimento territorial

→ **GARGALOS: DISPONIBILIDADE DO RECURSO + ESTRUTURA ONDE/PARA INVESTIR**

→ **ATENUANTE: COORDENAÇÃO E SOMA DE ESFORÇOS PARA ESCALA E SINERGIA**

Como canalizar receitas públicas?

- VINCULAÇÃO: Para evitar quebra da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao invés de antecipar é possível vincular receitas futuras de quaisquer fontes contanto que não impostos:







“Art. 167. São **vedados**:

(...) IV - **a vinculação de receita de impostos** a órgão, fundo ou despesa, **ressalvadas** a repartição do produto da arrecadação dos **impostos a que se referem os arts. 158 e 159**, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;”

Apenas receitas decorrentes da arrecadação dos “impostos” não podem ser vinculadas.

Podem ser vinculados: **transferências, direitos creditórios, compensações, contribuições, fundos estaduais e municipais e receitas não tributárias.**

Quais receitas públicas é possível vincular?

ALTERNATIVAS DE RECEITAS APLICÁVEIS PARA TODOS OS ENTES FEDERADOS	PRINCIPAIS RECEITAS DOS MUNICÍPIOS	PRINCIPAIS RECEITAS DOS ESTADOS	PRINCIPAIS RECEITAS DA UNIÃO
<u>Direitos creditórios</u> - dívida ativa tributária. 	<u>Impostos</u> : IPTU, ITBI, ISS	<u>Impostos</u> : ITCMD, ICMS e IPVA	<u>Impostos</u> : II, IE, IR, IPI, IOF, ITR e IGF
<u>Compensações</u> financeiras: Royalties minerários (CFEM) e hídricos (CFURH). 	<u>Fundo</u> de Participação dos Municípios (FPM) 	Fundo de Participação dos Estados (FPE) 	<u>Contribuição</u> de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e Contribuições Sociais (CS) 
<u>Receitas ambientais</u> : <ul style="list-style-type: none"> ▪ Compensações ambientais decorrentes de Unidades de Conservação; ▪ ICMS Verde; ▪ Venda de unidades de Redução de Emissão de Desmatamento e Degradação (REDD/REDD+); ▪ Fundos estaduais ambientais: FEDDD e FEMA; ▪ Projetos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. 	Recursos provenientes da <u>Transferência</u> Constitucional do ICMS. 	Recursos provenientes de <u>Transferência</u> Constitucional de recursos federais: CIDE, IOF 	<u>Fundos Especiais</u> : <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO); ▪ Fundo Constitucional do Nordeste (FNE); ▪ Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO); ▪ Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA); ▪ Fundo Amazônia – BNDES. 
<u>Outras Receitas</u> : <ul style="list-style-type: none"> ▪ Receitas decorrentes da exploração econômica de bens públicos; ▪ Doações de particulares no âmbito de projetos sociais; ▪ Financiamentos obtidos perante terceiros; ▪ Securitização de Recebíveis via FIDC/títulos e valores mobiliários. 	Recursos provenientes da <u>Transferência</u> Constitucional do IPVA. 		

 = Vinculável

Quais estruturas podem receber esses recursos?

		PRÓS	CONTRAS
Consórcio Público	Abertura de Conta Bancária	<ul style="list-style-type: none"> • Centraliza recursos de diferentes fontes públicas (Municípios) • Pode receber diferentes recursos públicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Vedada a participação privada • Necessita autorização legislativa e contrato de rateio
	Criação de Fundo de Fomento	<ul style="list-style-type: none"> • Administra bens e recursos de diferentes fontes públicas • Patrimônio segregado do consórcio • Gestão privada, via licitação 	<ul style="list-style-type: none"> • Vedada a participação privada • Depende de autorização legislativa de todos os entes consorciados • Licitação para definir administrador
Criação de Empresa Estatal	Empresa Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Instrumentos privados de gestão • Contratação sem licitação por consórcios • Maior flexibilidade para estruturar financiamentos e garantias 	<ul style="list-style-type: none"> • Vedada a participação privada • Criação depende de lei autorizativa
	Empresa de Economia Mista	<ul style="list-style-type: none"> • Instrumentos privados de gestão • Contratação sem licitação por consórcios • Maior flexibilidade para estruturar financiamentos e garantias 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação depende de lei autorizativa

Uma sugestão de fundo antecipatório:

CARÁTER ANTECIPATÓRIO:

1º APOORTE FEITO PELO SETOR PRIVADO;
SETOR PÚBLICO COMPLEMENTA QUANDO
AUMENTAR ARRECADAÇÃO

GESTÃO PRIVADA E GOVERNANÇA COMPARTILHADA:

EFICAZES, INCORPORAM DIRETRIZES
ESTABELECIDAS E PACTUADAS NA
CONSTRUÇÃO DO PROTOCOLO

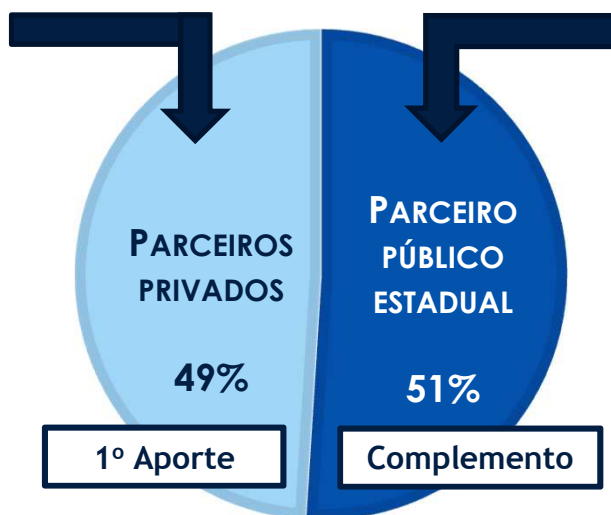
CORPO TÉCNICO:

MUITO CAPACITADO PARA PLANEJAR E
ESTRUTURAR PROJETOS PARA
DESENVOLVIMENTO LOCAL

FONTES DE RECEITAS PRIVADAS PARA *EQUITY* OU SIMPLES COMPOSIÇÃO DO CAIXA DA EMPRESA ESTATAL


- Doações simples, desde que em conformidade com a política de governança da empresa.
- Doações via linhas de financiamento (ex: ISE).
- Potencialmente direcionar parte da compensação ambiental.
- Direcionar isenção de IR para projetos de cultura, esporte e/ou proteção de crianças e adolescentes.

**A EMPRESA DE ECONOMIA MISTA PODE SER CONTRATADA POR
CONSÓRCIOS PÚBLICOS SEM LICITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO E EVENTUAL
EXECUÇÃO DE PROJETOS**



RECURSOS DO TESOUREO ESTATUAL PASSÍVEIS DE POTENCIAL VINCULAÇÃO

- Direitos Creditórios referentes à Dívida Ativa Tributária.
- Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM.
- Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos – CFURH.
- Receitas Ambientais (Compensações, ICMS Verde Gerenciamento de Resíduos Sólidos).
- Receitas Não-Tributárias (Exploração de Bens Públicos e Doações).
- Recursos provenientes do Fundo de Participação dos Estados (FPE).
- Transferências Federais (porcentagem da arrecadação do IPI, IOF e CIDE).

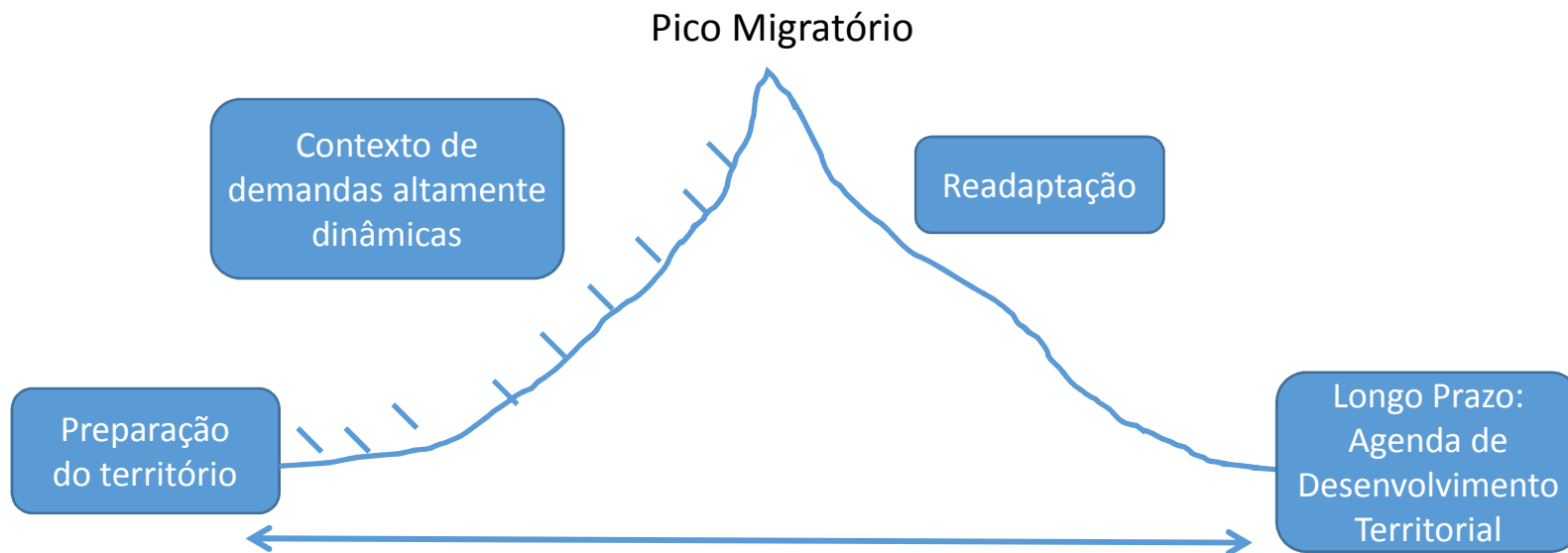


Constituição de Fundos no contexto de grandes empreendimentos

FUNBIO



Recomendações no contexto de grandes obras



- Em que medida a antecipação de recursos e ações correlatas se conectam a uma agenda de desenvolvimento territorial? É desejável conectar?
- E quanto ao período de intensa demanda social, portanto exigindo investimentos e capacidades para atendê-las? O instrumento financeiro deve atuar sobre esse cenário?
- Como deve o instrumento financeiro atuar em relação aos aportes e ações possibilitados pelo licenciamento ambiental?

Antecipação de recursos X AdT

Em que medida a antecipação de recursos e ações correlatas se conectam a uma agenda de desenvolvimento territorial? É desejável conectar?



*Estádio Nacional de Pequim (US\$430 milhões)
Sedia de 2 a 3 jogos por ano*



\$\$\$

*Legado orçado
em R\$24 bilhões*



*Arena Amazônia (R\$669 milhões)
Em 2015 sediou jogos da série D do campeonato nacional e um
jogo do estadual*

Demandas sociais

E quanto ao período de intensa demanda social, portanto exigindo investimentos e capacidades para atendê-las? O instrumento financeiro que idealizamos deve atuar sobre esse cenário?



Colônia de pesca de Vitória do Xingu

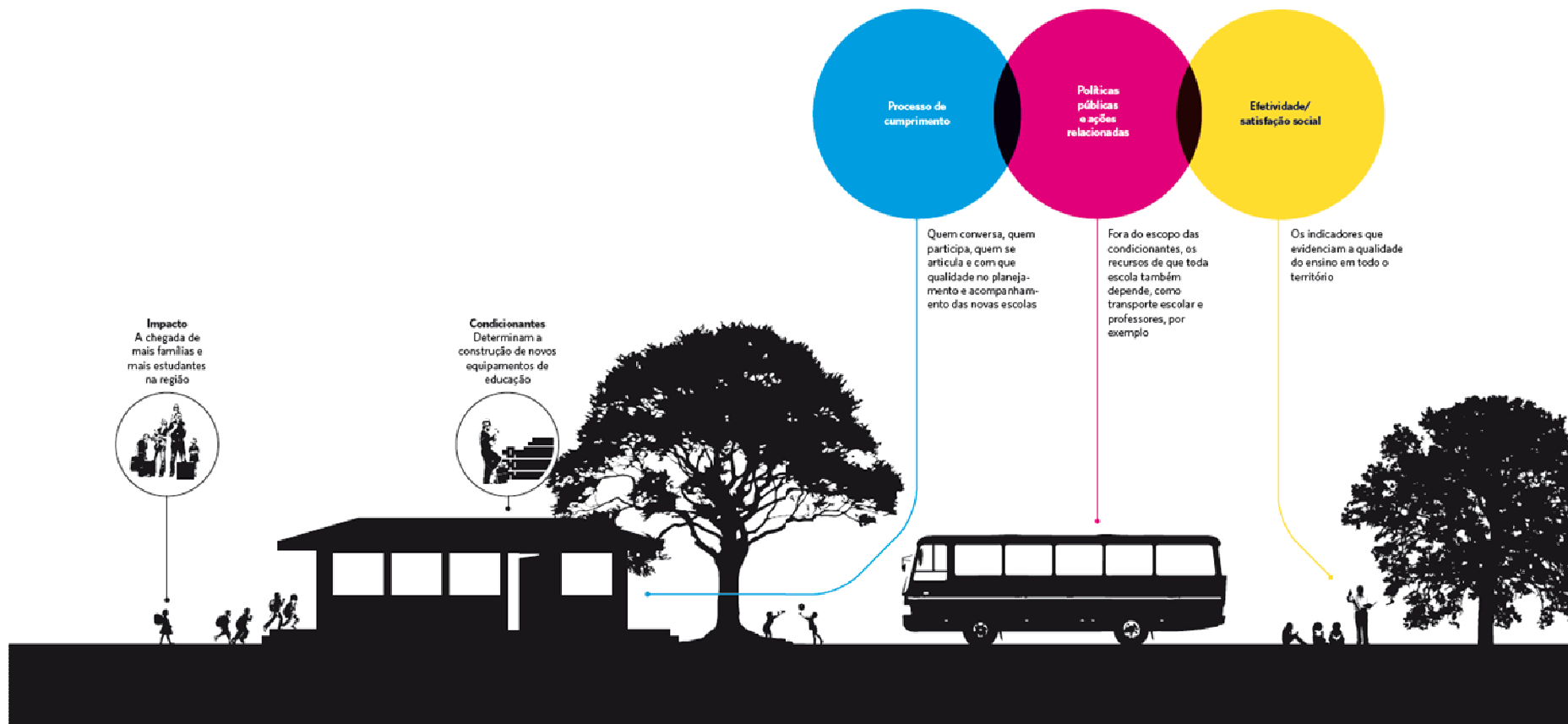
*Em Vitória do Xingu,
11 das 19 escolas entregues
estão FECHADAS*



*Hospital Geral de Altamira
Previsto para final 2012,
ainda sem funcionar*

Conexões com o licenciamento ambiental

Como deve o instrumento financeiro atuar em relação aos aportes e ações possibilitados pelo licenciamento ambiental?



Governança

O instrumento financeiro deve constituir uma institucionalidade própria, independente?

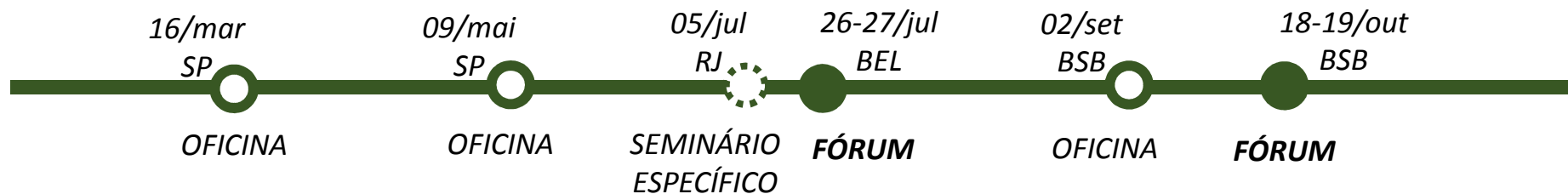
Nesse caso, como se evitaria desconexão com a sociedade local, seu conhecimento e sua visão de futuro?

Como se constituem as esferas de decisão nesse contexto?

Próximos passos

Avanço da discussão pelo e-mail gt_fundos@gvces.com.br

GT2 – Instrumentos de Financiamento



Obrigado

Marcos Dal Fabbro

marcos.dalfabbro@fgv.br

Laura Oller

loller@ifc.org.br

Hector Gomez

hgomezang@ifc.org